



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 42/2021
Período: 13/11/2021 - 19/11/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- O marechal negro em um país racista
- 2- Força Aérea Brasileira entrou em crise com a Embraer
- 3- Pesquisa revelou que Forças Armadas realizaram ao menos 115 condecorações a ministros do governo Bolsonaro
- 4- Estatal controlada pela Marinha arquivou processo de apuração de responsabilidade
- 5- Comemoração do centenário das Circunscrições Judiciárias Militares
- 6- Dados sobre o desmatamento na Amazônia foram divulgados após a Conferência do Clima e contradizem afirmações do governo
- 7- Jornalista relacionou prova do Enem com a ditadura militar

1- O marechal negro em um país racista

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, a mestre em História e professora da educação básica Alessa Passos recordou a trajetória do marechal João Baptista de Mattos, o primeiro homem negro a se tornar general do Exército após apenas 12 anos do fim da escravidão no Brasil. Mattos possuiu muitas conquistas nas fileiras do Exército, além de ter se formado em Direito, publicado vários livros e ocupado importante posição no Ministério da Guerra. De acordo com Passos, o marechal foi um dos poucos que conseguiu romper com as barreiras raciais e classicistas de um país que acredita no mito da democracia racial, evidente no obituário em sua memória escrito pelo general Adalardo Fialho, em que afirmava ser a pele negra “o símbolo da subalternidade”, mas que Mattos evidenciava ser “um preto de alma branca” em razão de suas conquistas. Para a professora, o marechal alcançou esses espaços com muito empenho e esforço pessoal, mas também contando com oportunidades sociais, como o incentivo aos estudos advindo da família abastada para a qual sua mãe trabalhava como babá, uma realidade, tanto antes como agora, restrita à minoria da população negra. (*Correio Braziliense* - Opinião - 13/11/21)

2- Força Aérea Brasileira entrou em crise com a Embraer

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) reduziu sua compra de cargueiros militares de modelo C-390 Millennium da Embraer, abrindo uma crise em sua relação de 52 anos. A empresa nasceu a partir da Força Aérea Brasileira em 1969, mas foi privatizada em 1994. Em texto

publicado pelo site da FAB, o comandante da Força Aérea, tenente-brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, explicou que a decisão ocorreu por responsabilidade da empresa. Segundo ele, a Aeronáutica sofreu cortes orçamentários dos programas estratégicos durante o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, o que comprometeu a compra dos C-390. Negociações foram abertas em abril e se estenderam até o dia 11/11/21, passando da data limite inicial em agosto. Sobre isso, Baptista Junior afirmou que a Embraer negou a proposta da Aeronáutica. A reportagem da *Folha* afirmou que a FAB já recebeu quatro cargueiros, mas que a encomenda inicial de 28 aeronaves, prevista no contrato pelo valor de R\$ 7,2 bilhões (cerca de R\$ 11 bilhões hoje, corrigidos pela inflação), caiu para 15 com a decisão da Força, segundo o comandante ocorrida "dentro dos limites previstos na lei". Não há conhecimento, entretanto, do novo valor proposto pela redução no número da compra. O jornal afirmou haver um "mal-estar enorme" entre a empresa e a Aeronáutica, evidenciado por declarações recentes do comandante de que a relação de ambas não foi sempre feita de "vitórias e convergências", visto que, segundo ele, a FAB optou por um processo de nacionalização industrial, "abrindo mão de importar os mais modernos sistemas de armas disponíveis no mercado mundial a preços compatíveis com nossas possibilidades". De acordo com a *Folha*, em um artigo recente, intitulado "FAB e Embraer: caminhos futuros em prol de interesses convergentes?", Baptista Junior "indica o incômodo com o que os militares veem como uma ingratidão da Embraer". Além disso, a *Folha* destacou o questionamento da Embraer sobre o escopo da decisão, pois o programa já havia sofrido cortes no orçamento que apenas atrasaram a entrega e o desenvolvimento da aeronave. A FAB teria ainda insistido em comprar outro modelo de cargueiro, o Airbus A330-MRTT, ao custo de mais de R\$ 800 milhões cada, maiores que o C-390, o que teria gerado dúvidas sobre o negócio até mesmo entre os próprios militares. Por último, haveria algumas especulações de que a Força tenha tomado essa decisão para tentar ganhar maior espaço fiscal e anunciar a compra de caças Gripen, além de dúvidas sobre uma possível judicialização do caso, prejudicando ainda mais as relações entre ambas. Em nota, a Embraer afirmou que irá buscar "medidas legais relativas ao reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos, bem como avaliará os efeitos da redução dos contratos". Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, afirmou que a negociação ainda está acontecendo e que este seria o motivo de sua viagem recente à Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, acompanhando o presidente da República, Jair Bolsonaro, visto segurando uma miniatura do C-390 a fim de promover a indústria brasileira de defesa, que soma US\$ 1,35 bilhão no ano de 2021. Em condição de anonimato, um ministro militar defendeu que a decisão do governo deve ser vista de forma natural, devido à retração econômica, e disse que a compra "pode ser retomada aos poucos". Ainda segundo *O Estado*, outra preocupação nos bastidores se refere ao prestígio do C-390 internacionalmente, temendo-se que esse quadro afete negociações futuras, já que as vendas da Embraer e a governos estrangeiros costuma contar com o apoio do Palácio do Planalto. (*O Estado de S. Paulo* - Outras notícias - 13/11/21; *Folha de S. Paulo* - Mercado - 13/11/21; *O Estado de S. Paulo* - News - 15/11/21)

3- Pesquisa revelou que Forças Armadas realizaram ao menos 115 condecorações a ministros do governo Bolsonaro

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, um levantamento realizado pelo periódico com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) revelou que, desde a posse do presidente da República, Jair Bolsonaro, as Forças Armadas já realizaram 115 condecorações a ministros e ex-ministros do governo. As honrarias, como a Ordem do Mérito Naval e a Medalha Exército Brasileiro, se tornaram recorrentes nas trajetórias políticas não só de ministros, mas também de assessores, familiares – como Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Michelle Bolsonaro – e políticos aliados ao atual presidente, demonstrando a “simbiose entre a caserna e o poder civil”. Dentre os parlamentares, *O Estado* destacou o deputado federal José Priante (MDB-PA), homenageado seis vezes após presidir, em 2019, a comissão da reforma da Previdência dos militares, cuja aprovação resultou em aumento de salários e gratificações para as altas patentes. Segundo a análise, somente a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, somam juntos 21 condecorações desde janeiro de 2019. O levantamento também evidenciou que, dentre os homenageados pelas Forças Armadas, 16 foram indiciados pelo relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, como o empresário Carlos Wizard Martins. Desde que tomou posse, o presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, recebeu três medalhas da caserna. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 14/11/21)

4- Estatal controlada pela Marinha arquivou processo de apuração de responsabilidade

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, foi arquivado o processo de apuração interna de responsabilidade recomendado pela Controladoria-Geral da União (CGU) à Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), uma estatal dependente da União e controlada por oficiais de alta patente da Marinha. Segundo a CGU, uma manobra organizada em 2016 pelo então diretor administrativo e atual presidente da Nuclep, o contra-almirante da reserva Carlos Henrique Silva Seixas, promoveu quatro motoristas da diretoria à assistentes, um cargo de confiança, elevando seus salários de R\$ 3,4 mil à R\$ 18,6 mil e gerando um prejuízo de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos. Entre os membros da diretoria-executiva da empresa presentes na reunião que aprovou a oferta dos cargos estava, além de Seixas, o vice-almirante Liberal Enio Zanelatto, à época diretor industrial da estatal, hoje diretor industrial da Marinha. Em nota, a Nuclep apontou que os quatro motoristas continuavam a atuar nessa função, mas passaram a acumular mais funções, “inerentes ao cargo de assistente”, chegando a apresentar à CGU um atestado de um diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro afirmando a participação de um dos motoristas em reunião de trabalho na unidade da Marinha. O processo foi arquivado sem apontamento de culpa ou dolo, ou ressarcimento. Os motoristas, no entanto, perderam os cargos de confiança. Segundo a *Folha*, as atas de reuniões do conselho administrativo disponíveis no site da Nuclep não registravam discussões a respeito das promoções, porém, em nota, o Ministério de Minas e Energia (MME), comandado pelo almirante de esquadra da reserva Bento Albuquerque, que integrava o Conselho de Administração da Nuclep durante o período de auditoria da CGU,

alegou que as discussões não constam nas atas de reunião pois os atos de nomeação para cargos e funções eram de competência da diretoria-executiva, não havendo acompanhamento do conselho. Além disso, a *Folha* destacou que, durante o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, a Nuclep, antes ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), passou à alçada do MME, e que o presidente da estatal integra a lista dos dezesseis militares que presidem estatais no governo Bolsonaro e acumulam remunerações. (Folha de S. Paulo - Mercado - 16/11/21)

5- Comemoração do centenário das Circunscrições Judiciárias Militares

Em nota, o *Correio Braziliense* noticiou a comemoração do centenário das Circunscrições Judiciárias Militares, que representam a primeira instância dos tribunais militares. Organizada pela Justiça Militar da União, a solenidade contou com a participação de autoridades dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, além de representantes das Forças Armadas e o vice-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Péricles Aurélio de Lima e Queiroz. (Correio Braziliense - Política - 19/11/21)

6- Dados sobre o desmatamento na Amazônia foram divulgados após a Conferência do Clima e contradizem afirmações do governo

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) mostraram que 13.235 quilômetros quadrados da floresta amazônica foram desmatados entre agosto de 2020 e julho de 2021, índice 22% maior que nos 12 meses anteriores. Os periódicos chamaram atenção para o fato de que o documento está datado de 27/10/21, antes da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), mas foi divulgado somente em 18/11/21, depois de encerrada a Conferência, na qual o governo federal afirmou que tem protegido a Amazônia. A *Folha* também apontou que o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, “falseou a realidade” ao antecipar o que seriam dados consolidados do Prodes em uma reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal, do qual é presidente, em 24/08/21, afirmando que indicavam uma queda de 5% do desmatamento. O periódico lembrou que Mourão também havia “falseado a realidade” ao anunciar e tratar por 45 dias como existente uma segunda fase da Operação Samaúma, para controle do desmatamento na Amazônia, executada pelas Forças Armadas com base num decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), mas esse decreto não foi editado. Além disso, a reportagem questionou a militarização do combate a ilícitos ambientais, que já dura 16 meses no governo Bolsonaro, com três GLOs, ao custo de R\$ 550 milhões e sem melhorias nos índices de desmatamento. Já o *Correio* relatou que Mourão defendeu a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas na Floresta Amazônica, criticando o que chamou de “jogo de gato e rato” com os garimpeiros. Segundo o general, haveria dentro dos povos indígenas indivíduos que querem realizar garimpo em suas terras. (Correio Braziliense - Brasil - 19/11/21; Folha de S. Paulo - Ambiente - 19/11/21)

7- Jornalista relacionou prova do Enem com a ditadura militar

Em coluna opinativa ao *Estado de S. Paulo*, o escritor e jornalista Marcelo Rubens Paiva relacionou, em tom irônico, as denúncias de que o governo federal teria tido acesso e alterado questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o pedido de exoneração de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no dia 08/11/21, às ligações ideológicas do presidente da República Jair Bolsonaro com a ditadura militar (1964-1985). O escritor chamou a exoneração dos servidores de “limpa no Inep” e elencou supostas perguntas para a prova, marcada para os dias 21 e 27/11/21, a qual, segundo Bolsonaro, está “com a cara do governo”. Entre as perguntas, o escritor citou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, considerado herói por Bolsonaro e condenado pela prática de sequestro e tortura durante a ditadura. Também fez referência aos governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969-74), Artur da Costa e Silva (1967-69), Ernesto Beckmann Geisel (1974-79) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-85) como alternativas a “melhor presidente da História”. (O Estado de S. Paulo - Cultura & Comportamento - 19/11/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)
Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi
Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)
Débora Cruz Silva
Giovani Nunes de Aguiar
Giovanna Palas Soares Santos
Grazielly Dourado Santos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima